



Dissonância

revista de teoria crítica

ISSN: 2594-5025

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Estadual de Campinas

www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica

Título	<i>Fake news</i> e a mobilização da paranóia: Colapso da individualidade e da democracia
Autor	Ari Fernando Maia; Carmen Ura
Fonte	<i>Dissonância: Revista de Teoria Crítica</i> , volume 6, Campinas, 2022
Link	https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica/article/view/4549

Formato de citação sugerido:

MAIA, Ari F.; URA, Carmen. “*Fake news* e a mobilização da paranóia: Colapso da individualidade e da democracia”. *Dissonância: Revista de Teoria Crítica*, volume 6, Campinas, 2022, p. 378-420.

FAKE NEWS E A MOBILIZAÇÃO DA PARANOIA

Colapso da individualidade e da democracia

Ari Fernando Maia e Carmen Ura*

RESUMO

O presente artigo pretende discutir a relação entre *fake news* e o colapso das democracias. Para tanto, desenvolve uma reflexão acerca do modo como as *fake news* mobilizam os afetos e atenção, especialmente a paranoia, em uma lógica similar àquela indicada pelos autores da primeira geração da Teoria Crítica da Sociedade nos escritos sobre a propaganda fascista. Argumenta, na sequência, que a prevalência da paranoia, do medo e do ódio se relaciona com o colapso da individualidade, cujas ruínas são geridas de modo cada vez mais perspicaz pela lógica da máquina e pelos algoritmos. Se a construção de sociedades democráticas demanda a formação de individualidades autônomas, o capitalismo de vigilância, por sua vez, prescinde tanto das individualidades quanto da democracia. Formas

*Carmen S. G. Ura. Psicóloga. Mestranda no Programa de Pós Graduação no Departamento de Psicologia da Unesp-Bauru. Contato: carmen.sgu@gmail.com. Ari Fernando Maia. Professor do Departamento de Psicologia da Unesp-Bauru e do programa de Pós graduação em Educação Escolar da Unesp-Araraquara. Contato: ari.maia@unesp.br.

de resistência que atrasem o colapso e tensionem as contradições são ainda possíveis de serem pensadas e figuram ao final deste texto

PALAVRAS-CHAVE

Fake news; paranoia; capitalismo de vigilância; colapso da democracia

FAKE NEWS AND THE MOBILIZATION OF PARANOIA

COLLAPSE OF INDIVIDUALITY AND DEMOCRACY

ABSTRACT

This article intends to discuss the relationship between fake news and the collapse of democracies. To this end, it develops a reflection on how fake news mobilize affection and attention in a logic similar to paranoia, as it was indicated by the authors of the first generation of the Critical Theory of Society in the writings on fascist propaganda. The prevalence of paranoia, fear and hatred is related to the collapse of individuality, whose ruins are managed in an increasingly shrewd way by machine logic and algorithms. If the construction of democratic societies requires the formation of autonomous individualities, surveillance capitalism, in turn, dispenses with both individualities and democracy. Forms of resistance that delay the collapse and tension the contradictions are still possible to be thought of and appear at the end of this text.

KEYWORDS

Fake news; Paranoia; Surveillance Capitalism; Collapse of Democracy

Na sociedade contemporânea desenvolveram-se tecnologias de comunicação que têm profundo impacto nos planos da política, das interações entre as pessoas e da semiformação (Adorno 2010). As informações são mediadas por dispositivos digitais que, não obstante a aparente docilidade de suas interfaces para os usuários, dirigem de forma intransigente as formas de uso. Desse modo, compõem um contexto semiformativo que, por sua vez, constituem uma certa sensibilidade e determinam vivências emocionais a partir de seus algoritmos e programas. A afirmação de Adorno de que: “A semiformação não se confina meramente ao espírito, adultera também a vida sensorial. E coloca a questão psicodinâmica de como pode o sujeito resistir a uma racionalidade que, na verdade, é em si mesma irracional” (Adorno 2010: 25) ainda faz sentido.

Tal fenômeno persiste e se aprofunda pela tendencial ubiquidade dos novos dispositivos digitais. Os fluxos de informações e o desenho dos dispositivos são controlados a partir de poucas corporações globais localizadas na região denominada Vale do Silício, e que Morozov (2018) denomina *Big Tech*, onde se concentra o grande poder de captar, analisar e direcionar os fluxos globais de dados, os chamados *Big Data*. Ainda que se possa supor uma perspectiva inicial democrática e descentralizada, o conjunto dos dispositivos e seus programas passou progressivamente a ser desenhado em função de imperativos do mercado, de uma economia da atenção, erodindo seu potencial de fomentar formas de comunicação mais livres e abertas e culminando em uma deterioração da esfera pública e da democracia.

A base material objetiva desses processos precisa ser melhor desvendada. Trata-se, em larga medida, de um capitalismo de vigilância (Zuboff 2018, 2020) no interior de uma crescente financeirização do capital que convive com formas extrativistas de acumulação. As condições materiais dessa configuração das trocas simbólicas parecem mobilizar intensiva e ininterruptamente uma modalidade de defesa contra uma sensibilidade e uma razão mais democráticas. Tendencialmente, essa postura defensiva acaba erodindo a capacidade de diálogo e discussão dos problemas sociais concretos. No lugar da análise de questões cruciais na esfera pública é colocada a mobilização de medos e ódios que viabilizam a política somente como mobilização fascista.

Nesse sentido, Safatle (2015) aponta que, mais que defender a existência de uma esfera pública livre em que ocorram debates sóbrios sobre leis, necessidades, valores e regras sociais a partir de informações baseadas em fatos, trata-se de buscar compreender como se constituem os circuitos de afetos que sustentam os vínculos sociais e, principalmente, como eles são produzidos em formas de vida específicas. No caso, busca-se discutir a relação entre *fake news* e a mobilização de afetos aparentados à paranoia, entendendo que esse apelo afetivo deteriora a já combalida esfera pública, prejudicando ainda mais as formas democráticas de vida social.

Para construir essa discussão, apresenta-se, num primeiro momento, a relação entre *fake news* e paranoia, fundamentando a argumentação nos trabalhos de Theodor Adorno acerca da lógica da propaganda fascista. Num segundo momento, argu-

menta-se como os *Big Data*, em lógica similar à da propaganda fascista, mobiliza afetos afins à paranoia. A prevalência dessa gestão afetiva por meio de aparatos digitais e de algoritmos tanto depende quanto fomenta o colapso do indivíduo e da modernidade, visto que a base material de tal configuração sequer pode disfarçar que prescinde de ambos – individualidade e democracia – para se retroalimentar. No entanto, ela não se dá sem falhas, nem ocupa sem contradições a totalidade das relações, o que permite vislumbres de crítica, pensamento e resistências.

A propaganda fascista e a lógica da paranoia

O uso de mentiras sistemáticas por meio das tecnologias de comunicação mais avançadas não é uma novidade da era digital. Adorno (2015) identificou as táticas e características presentes na manipulação de informações que ocorreu na ascensão dos regimes nazi-fascistas, evocando o apoio das massas populares convencidas por discursos ideológicos com forte apelo emocional, que inspiravam indignação e ódio contra os inimigos e um amor nacionalista extremo dirigido ao líder. O tipo de propaganda que ele analisou tem uma forma e um conteúdo específicos, dissemina o pânico e converte o espaço público em *zona de contágio paranoico*, instigando o sujeito a se recolher ao âmbito do privado, longe do diálogo e da comunicação comunitária efetivamente reflexiva, prendendo o indivíduo à *lógica da paranoia*. É preciso notar que a paranoia não constitui, nessa reflexão, uma mera patologia individual. Na era da aniquilação do indivíduo,

algo já denunciado pelos frankfurtianos nos anos 40 do século passado, a paranoia e a falsa projeção que a caracteriza tornam-se modelos para a organização política que mobiliza os indivíduos fragilizados para o fascismo. Adorno e Horkheimer (1985) já haviam escrito nos *Elementos do Antissemitismo*:

Os impulsos que o sujeito não admite como seus e que, no entanto, lhe pertencem são atribuídos ao objeto: a vítima em potencial. Para o paranoico usual, sua escolha não é livre, mas obedece às leis de sua doença. No fascismo, esse comportamento é adotado pela política, o objeto da doença é determinado realisticamente, o sistema alucinatório torna-se a norma racional do mundo, e o desvio a neurose (Adorno e Horkheimer 1985: 174).

O fascismo, para Adorno e Horkheimer (1985), não é um acidente de percurso na civilização ocidental, mas constitui um desdobramento consequente de algumas de suas características mais marcantes. Não é simplesmente o indivíduo que se torna paranoico, mas nele a patologia representa uma tendência intrínseca ao projeto da civilização: “o mecanismo que a ordem totalitária põe a seu serviço é tão antigo como a civilização” (Adorno e Horkheimer: 1985: 174); trata-se da contrapartida, na dimensão psíquica, na percepção e no pensamento, dos esquemas de dominação da natureza elaborados na história do esclarecimento (*Aufklärung*), que projetam a natureza como um outro ameaçador que deve ser conhecido para ser dominado. “A paranoia é a sombra do conhecimento”, afirmam Adorno e Horkheimer (1985: 182), sintetizando em uma frase lapidar o âmago da contradição do esclarecimento que leva ao fascismo.

O uso de dispositivos tecnologicamente avançados para mobilizar nos sujeitos as suas tendências paranoicas implica que tais meios – no contexto analisado pelos frankfurtianos, principalmente, o rádio e o cinema – promovem o que denominaram semiformação (*Halbbildung*), por generalizar na esfera cultural as formas de percepção e pensamento características de uma projeção patológica. “A falsa projeção é o usurpador do reino da liberdade e da cultura; a paranoia é o sintoma do indivíduo semicultivado” (Adorno e Horkheimer 1985: 182). A semiformação não é uma apropriação cultural pela metade, como o prefixo daria a entender, mas a substituição de uma apreensão integral dos objetos culturais por um contato com eles superficial, mediado pelos ideais do entretenimento e do consumo (Adorno: 2010).

Ao substituir uma apreensão reflexiva por produtos padronizados que disseminam pautas ideológicas, os produtos da indústria cultural, oferecidos como objetos vicários e fungíveis, paralisam as forças subjetivas que, justamente, permitiriam aos sujeitos escapar ao feitiço da propaganda fascista por meio de um processo de autorreflexão e de crítica à sociedade. Na sociedade contemporânea, o uso dos aparatos digitais fornece uma aparência de socialização das ideias como se se tratasse de uma ocupação do espaço comum. No entanto, vale lembrar, tais *monólogos compartilhados* acontecem no interior de empresas de tecnologia que podem ser representadas pelos GAFAs, acrônimo de *Google, Apple, Facebook e Amazon*.

A paranoia, portanto, precisa ser compreendida a partir do entrelaçamento entre as dimensões individual e cultural, subjetiva e objetiva. Assim, se a psicanálise freudiana pode elucidar alguns aspectos da comunicação dos líderes fascistas com as massas (Adorno: 2015), é ao processo do desenvolvimento do esclarecimento que se deve a catástrofe política do fascismo e as formas atuais de regressão autoritária. Lutar contra essa tendência catastrófica do esclarecimento requer tanto uma compreensão de como se forma o indivíduo potencialmente fascista como das características da comunicação numa sociedade tendencialmente totalitária.

Para elucidar a dimensão subjetiva, Adorno e Horkheimer fundamentam-se em Freud e em sua descrição da psicodinâmica da paranoia:

Segundo a teoria psicanalítica, a projeção patológica consiste substancialmente na transferência para o objeto dos impulsos socialmente condenados do sujeito. Sob a pressão do superego, o ego projeta no mundo exterior, como intenções más, os impulsos agressivos que provêm do id e que, por causa de sua força, constituem uma ameaça para ele próprio (Adorno e Horkheimer 1985: 179).

A falsa projeção ocorre de forma sistemática como um recurso mobilizado pelo sujeito para se proteger de impulsos internos que ele não pode incluir no ego por considerá-los por demais ameaçadores. Similarmente, as formas lógicas que tomam o mundo como mera realidade objetiva a ser dominada idealizam fins arbitrários e subjetivos, abstraindo tanto a mediação do que é subjetivamente projetado sobre a realidade como o

caráter objetivo do que é subjetivo. Seguindo o que apontam Adorno e Horkheimer (1985), o que chamamos realidade consiste em percepções do mundo material pela mediação de um vasto conjunto de esquemas de linguagem e pensamento expressos em juízos.

Esse mundo só pode ser, em alguma medida, conhecido mediante um processo em que os juízos, que têm inescapavelmente um caráter assertivo, são cuidadosamente corrigidos por ajustes contínuos na percepção, e isso só é possível pela elaboração da perda dos juízos consolidados. O bloqueio dessa elaboração é a base da coerência paranoica. Novamente Adorno e Horkheimer apontam:

A excessiva coerência paranoica, esse mau infinito que é o juízo sempre igual, é uma falta de coerência do pensamento. Ao invés de elaborar intelectualmente o fracasso da pretensão absoluta e assim continuar a determinar seu juízo, o paranoico se aferra à pretensão que levou seu juízo ao fracasso. Ao invés de prosseguir, penetrando na coisa, o pensamento inteiro se põe desesperadamente a serviço do juízo particular. Seu caráter irresistível é o mesmo que sua positividade intacta, e a fraqueza do paranoico é a fraqueza do próprio pensamento, pois a reflexão que, na pessoa sadia, rompe o poder da imediatidade nunca é tão convincente como a aparência que ela suprime (Adorno e Horkheimer 1985: 181).

A tendência a acreditar e a disseminar as chamadas *fake news* é uma característica notoriamente coerente com as formas de defesa paranoicas que tendem a se estabelecer nos sujeitos fragilizados pela semiformação em uma sociedade tendencialmente totalitária, na medida em que a formação de nichos digi-

tais em que mensagens recorrentemente incidem sobre um mesmo ponto de vista sobre determinado assunto é uma consequência evidente da lógica do capitalismo comunicativo (Dean 2005). Nesse sentido, o modelo de negócios do capitalismo comunicativo privilegia as mensagens próximas a um modelo de propaganda autoritária porque essas são as que mais fortemente produzem engajamento. Segundo Adorno (2015), a propaganda fascista tinha padrões e dispositivos identificáveis, obedecendo a um único propósito: abolir a democracia. Seu método é a mobilização psicodinâmica dos seguidores, sugerindo uma identificação entre estes e o líder.

Além disso, não há lugar para uma preocupação com tópicos políticos concretos e tangíveis, nem a promoção de reflexão e debate; há, no entanto, a criação de uma atmosfera irracional e emotiva, altamente agressiva. Outro aspecto é a reiteração de poucas ideias não embasadas na realidade, mas apenas em especulações psicológicas (Adorno 2015). Esses dois fatores, aliados à identificação narcísica de cada membro do grupo com o líder – ativamente produzida no caso recente do Brasil, segundo as análises de Cesarino (2020), incentivam a hostilidade a tudo que for externo ao grupo e seus valores. Esse mecanismo de separação entre os *ingroup* e os *outgroup*, típicos da mentalidade dos sujeitos de tipo autoritário estudados por Adorno et al (1982), resultam em uma comunicação cuja forma é de uma zona de contágio paranoico, na qual os indivíduos pertencentes aos grupos, identificados uns aos outros e ao líder, contaminam-se reiteradamente com slogans, bordões e ataques aos oponentes –

eleitos mais por projeção do que por uma hostilidade que pudesse ter algum fundamento real (Adorno 2015).

Nessa perspectiva, o vínculo que se forma entre os membros do grupo é entendido em sua natureza libidinal. O prazer extraído desse vínculo está ligado a um conflito entre as tendências psicológicas inconscientes que encontram na identificação com o líder meios para uma gratificação de tipo sadomasoquista. Como a figura do líder remete à ideia do pai primitivo onipotente e ameaçador, a discussão sobre causas objetivas e temas culturais relevantes não está no escopo da propaganda fascista estudada por Adorno (2015) – tal como das *fake news* – restando argumentos *ad hominem* e a personalização de todas as dimensões dos problemas sociais abordados.

Adorno (2015) indica que a questão sobre como um grupo minoritário de fanáticos paranoicos dissemina a lógica da paranoia até ela tornar-se hegemônica está vinculada à dimensão concreta da vida; quando as forças sociais democráticas que se opõem a esse tipo de política se enfraquecem a ponto de inviabilizar o diálogo e o funcionamento das instituições mediadoras da esfera pública e, principalmente, quando os sujeitos são objetivamente tornados impotentes para atuar de forma mais livre, em função de crises econômicas ou configurações políticas mais repressivas, a adesão a essa lógica se torna uma possibilidade concreta. As *fake news* disseminadas por meios digitais ganham aqui uma relevância significativa para a compreensão dessa captura subjetiva na contemporaneidade:

Os vídeos que vinham da igreja também mostravam estudantes dando tapa na cara de professores, nas esco-

las do PT, e estudantes disciplinados e ordeiros nas escolas militares. As postagens que vinham dos policiais, que organizavam informalmente a segurança dos bairros, diziam que as famílias de presos ganhavam pensões e salários, enquanto as famílias de trabalhadores não eram indenizadas nem mesmo quando assaltadas. Haveria uma inversão de valores muito clara em jogo (Feltran 2020: s/p).

A regressão paranoica transforma os discursos circulantes em disputas de poder e as palavras e mensagens se tornam portadoras de afetos políticos específicos: o medo e o ódio. Essa configuração resulta em uma força hegemônica fascista quando a totalidade social se reveste de uma aparência de inevitabilidade e impede aos sujeitos outras saídas.

É a partir da ausência de possibilidades concretas de uma vida boa que sentimentos de medo e ódio passam a ser o filtro pelo qual são vistas as ideias circulantes na esfera pública, culminando na tendência à vitória da paranoia e no colapso da democracia. As relações entre a dimensão subjetiva e objetiva, entretanto, são mutuamente mediadas, e há também a possibilidade de haver resistências a esse tipo de funcionamento paranoico que se assentam em características subjetivas. Não obstante, Adorno (2015) já criticava a ideia de que se possa compreender essas relações sob a forma de uma “ação recíproca”, ou de uma “neurose política”:

A psicologia totalitária reflete o primado de uma realidade social que produz seres humanos já tão insanos quanto ela própria. A insanidade, entretanto, consiste em que os seres humanos aprisionados funcionam apenas como agentes de uma realidade todo poderosa; em que sua psicologia configura tão somente estações de

parada dessa tendência da realidade. O fato de que possa surgir um sistema delirante [*Wahnsystem*] a partir da doutrina das próprias leis sociais objetivas não deve seduzir ninguém a recair em um psicologismo, que se contenta com a fachada social e, além disso, nem sequer é satisfatório psicologicamente. Não há nenhuma “neurose política”, embora deformações psíquicas influenciem o comportamento político, mas não explicam totalmente as deformações deste último. (Adorno 2015: 196)

Nesse sentido, se podemos considerar que é um traço fundamental na paranoia uma relação bastante prejudicada com a realidade, torna-se necessário identificar o que em suas mediações fundamentais sustenta e reflete esse tipo de relação. De um lado, vista sob sua dimensão subjetiva, a paranoia é uma estruturação que se apoia em necessidades e conteúdos inconscientes, por mais que estes possam destoar da realidade; de outro, deve haver algo na realidade que dê algum suporte a esse tipo de delírio até que ele se torne hegemônico como força política. É precisamente nesse sentido que não se pode atribuir à dimensão psicológica a primazia e que é preciso considerar o papel da *fake news* e da mediação digital como fundamentais na configuração da “realidade”.

A violência em relação aos considerados *outgroup*, uma possibilidade sempre presente na lógica da paranoia, pode servir como exemplo desse entrelaçamento. No plano subjetivo, o elemento rechaçado do aparelho psíquico é a própria lei que insere os sujeitos na cultura, impossibilitando a formação do Supereu e abolindo a fronteira entre o Eu e o exterior, permitindo que eventos exteriores ao aparelho psíquico adentrem no sujeito fora

da lógica e da temporalidade conscientes, uma vez que são da ordem dos conhecimentos inconscientes (Calazans e Reis 2014). No plano objetivo, a divisão do mundo em bons e maus é um elemento fundamental da propaganda fascista disseminada pelos novos dispositivos e aplicativos digitais e, mais que uma questão de linguagem, a exploração ubíqua dos usuários em um momento de desconstrução neoliberal dos dispositivos estatais de assistência social e de formas tradicionais de solidariedade e comunidade, levam a uma sensação de impotência objetiva que sustenta ressentimentos, medo e insegurança radicais. A impotência gera ressentimento, medo e ódio, e a propaganda direciona esses sentimentos para sujeitos sociais específicos.

Feltran (2020) descreve aspectos desse processo em que, “Vencedores ou perdedores em sua vida, geralmente contida nos universos familiares, religiosos, no máximo comunitários, esses homens e mulheres do povo agora seriam, finalmente, bem-vindos para opinar sobre a vida política do país” (Feltran 2020: s/p):

Era difícil para esses novatos, confrontados com grupos estabelecidos na cena política, ganhar as discussões nos argumentos. Faltava-lhes repertório argumentativo e ferramentas de interpretação do jogo político. Esses outsiders, então, optaram por professar valores. Passaram a ser combatidos por “gente radical, que não tem respeito por nossas opiniões, mas se acha democrática”. Os mesmos esquerdistas que, nas escolas – eles ficam sabendo pelo Facebook –, ensinavam as crianças a ser gays. Por isso, está claro, há tantos “homossexuais” andando pelas ruas livremente hoje, e tantas pessoas falando em aborto. Mas isso vai contra a natureza e a vida, diz-se no Whatsapp da igreja, na porta das creches, nas reuniões

de família, nas novelas da Rede Record. Bom mesmo era antigamente, não havia isso de preto contra branco. Todo mundo era igual. “Um absurdo o que estamos vivendo hoje em dia.” O absurdo representado por eles inverte o sinal (Feltran 2020: s/p).

Sendo um modo patológico de defesa no qual não há deterioração intelectual, que se serve do delírio, e com uma forte tendência à projeção de representações inconciliáveis com a coerência do Eu, a lógica da paranoia leva o sujeito a experienciar todo reconhecimento de si no outro de forma ameaçadora e invasiva. Os delírios paranoicos são marcados por uma consistência sistemática das interpretações de maneira reificada, fixa, automática e passiva, assumindo a existência de uma causa para todos os acontecimentos, não aceitando a possibilidade do acaso. Para o sujeito paranoico, é impossível tomar distância de suas próprias construções, sendo ele incapaz de fazer uma crítica da realidade ou de si mesmo (Safatle: 2011). Dentro desse sistema lógico fechado a serviço de necessidades inconscientes em que não há lugar para o acaso, a propaganda antidemocrática se apoia em causas delirantes, de forma notável: do vírus chinês à conspiração global comunista, as causas de todos os males são sempre atribuíveis a um inimigo identificável, poderoso e maléfico.

Em suma, materiais de propaganda que apresentem um esquema pronto e acabado que explique os dilemas políticos como a luta entre os bons e os maus (*ingroup* x *outgroup*) em uma realidade intrinsecamente ameaçadora tendem a ser capazes de mobilizar as tendências paranoicas dos usuários dos novos dispositivos de modo ainda mais eficaz do que fazia a pro-

paganda fascista nos anos 30 do século passado, pois atualmente é possível identificar com relativa precisão os indivíduos cujos traços de personalidade os inclinam a aderir a esse tipo de propaganda, e é possível alvejar tais traços de forma sistemática e constante.

Forma-se uma “tempestade perfeita”: de um lado, tem-se mecanismos de monetização que privilegiam mensagens que tendem a ser mais reproduzidas; de outro, formas de socialização que produzem perfis de personalidade tendencialmente paranoica num contexto de perda de garantias sociais e de laços de solidariedade. O resultado é que as esferas subjetiva e objetiva convergem para uma espécie de circuito de afetos tendencialmente paranoico, que por sua vez atrai cada vez mais sujeitos para essa esfera na medida em que ela se torna aquilo que identificamos como normal, isto é, como o que é predominante na esfera cultural.

Safatle (2011) comenta que Adorno e Horkheimer se valem da paranoia para explicar a natureza dos vínculos fascistas, uma vez que os impasses sociais e políticos que podem formar políticas totalitárias e de segregação são marcas sempre inscritas em nossas formas de vida e implicam na formação da própria subjetividade, já que a paranoia é também uma tentativa de constituir um “Eu” quando isso não é possível, havendo um fundo paranoico em todo processo de constituição da personalidade. A lógica da paranoia, portanto, é um elemento fundante da cultura ocidental, está presente em momentos importantes do desenvolvimento psicossocial dos indivíduos e é um dos elementos essenciais da propaganda fascista. Atualmente disseminada por novos

meios tecnológicos, ela fortalece tendências antidemocráticas na medida em que reforça a coesão de grupos com posições políticas radicais baseadas em visões delirantes do mundo e da realidade política, e que não são afetadas pela simples verificação de fatos.

Analogamente, mesmo a disseminação de informações factuais via redes sociais, que se dá como uma comunicação espontânea do cotidiano entre sujeitos pouco afeitos à lógica paranoica, na qual a confiabilidade e a propensão ao espalhamento de informações depende muito mais das crenças pessoais, do engajamento afetivo, da confiabilidade que o receptor atribui ao emissor, da exposição repetida ao tópico e da conformidade com opiniões prévias do sujeito (Schwarz e Jalbert 2020), acaba por se contaminar pela lógica da paranoia, uma vez que assuntos polarizados engajam mais os seus defensores, gerando mais cliques e atraindo mais olhares. Entre o delírio paranoico e o factual, os desenhos algorítmicos dos dispositivos digitais, moldados para capturar a atenção e gerar mais valor vendendo a atenção do usuário, irão sempre privilegiar o primeiro.

Big Data e a mobilização de afetos: exploração ubíqua dirigida por algoritmos

A expansão da utilização de dispositivos digitais de comunicação mediada pela internet foi inicialmente celebrada pela possibilidade de recuperar formas de comunicação democráticas, na medida em que eliminava as poderosas agências intermediárias entre os usuários, usualmente identificadas como “indústrias

culturais”. Mas, desde sua concepção, as tecnologias digitais de comunicação apresentam contradições entre democratização e segregação. Mais que um problema vinculado aos gargalos para o acesso, ainda hoje notáveis, percebe-se que é no âmbito do processamento e venda dos dados dos usuários para mobilização de comportamentos que se encontra o núcleo do problema.

O direcionamento da rede global para a geração de mais valor pela venda dos dados dos usuários é que determina o desenho dos programas e o tipo de mensagem que irá circular predominantemente, retroalimentando o capital de um modo que ele possa ser qualificado como capitalismo de vigilância (Zuboff 2018). Complementarmente, alguns aplicativos oferecem serviços que atendem necessidades dos usuários que reforçam sua adaptação a uma sociedade desregulamentada, em que os laços de solidariedade e de comunicação livres foram praticamente abolidos e em que a performance pessoal é o grande critério de inserção social (Ehrenberg 2010).

Assim, o que se percebe contemporaneamente é que as características específicas da forma como são extraídos, armazenados, processados e direcionados os dados circulantes na internet intervêm diretamente tanto na configuração do que um dia foi chamado esfera pública, com consequências catastróficas para o funcionamento de instituições e práticas democráticas (Antunes e Maia 2018 e Morozov 2018). Os dispositivos são construídos e programados para extrair dos usuários informações sobre seus perfis, permitindo, em contrapartida, a mobilização neles de comportamentos específicos. Essa alta concentração de informação e poder na mão de poucas corporações globais ao

lado de uma ideologia da performance pessoal em condições de grande insegurança social tem potencial de culminar em uma configuração totalitária. Nas palavras de Morozov (2018):

O modelo de negócios da Big Tech funciona de tal maneira que deixa de ser relevante se as mensagens disseminadas são verdadeiras ou falsas. Tudo o que importa é se elas viralizam (ou seja, se geram números recorde de cliques e curtidas), uma vez que é pela análise de nossos cliques e curtidas, depurados em retratos sintéticos de nossa personalidade, que essas empresas produzem seus enormes lucros. Verdade é o que gera mais visualizações. Sob a ótica das plataformas digitais, as *fake news* são apenas as notícias mais lucrativas (Morozov 2018: 11).

É necessário assinalar que, evidentemente, para que possa existir algo como uma esfera pública em uma sociedade que almeja ser democrática, faz diferença se as mensagens são verdadeiras ou falsas. A questão chave é que mensagens que têm um formato e um conteúdo próximos a uma lógica paranoica têm capacidade maior de mobilizar os usuários, na medida em que utilizam um tipo de linguagem esvaziada de conteúdo factual, priorizando conteúdos de teor espetacular. No capitalismo comunicacional (Dean 2005), o cálculo de valor do trânsito de mensagens depende mais da forma que do conteúdo; mensagens que circulam mais se tornam mais valiosas, de modo que quanto mais sensacional um conteúdo, melhores suas chances de acumular valor.

Mensagens que geram mais “engajamento” são mais lucrativas, e assim o modelo de negócios acaba privilegiando esse formato, de modo que os conteúdos que disseminam o medo e o

ódio tornam-se mediadores privilegiados da política, separando a sociedade em grupos beligerantes e impedindo o diálogo. A comunicação se torna “zona de contágio paranoico”, tal como Adorno (1991: 120) aponta no aforismo “Instituição para surdos-mudos”, na *Minima moralia*. Se ainda persiste algo do potencial de comunicação democrática por essas novas tecnologias é uma questão em aberto, mas parece provável que dentro do modelo de negócios de um capitalismo comunicacional (Dean 2005), ou de vigilância (Zuboff 2020), uma lógica de comunicação paranoica prevaleça.

Esse dilema também pode ser ilustrado por Valente (2018), que apresenta um histórico da internet através dos protocolos que a embasaram, reconhecendo, por um lado, o potencial emancipatório da comunicação direta entre usuários proporcionado por ela, mas apontando, por outro lado, a centralização do desenvolvimento, do controle e do uso da rede virtual, desde sua criação, por empresas na Califórnia. Tufekci (2014a), similarmente, reconhece que há potencialidades emancipatórias do uso das tecnologias digitais, na medida em que proporcionam uma forma barata de comunicação democrática entre os usuários, mas atenta para o controle e direcionamento dos dados para fins de consumo e manipulação política. Assinala, outrossim, que o modo como essas empresas utilizaram como propaganda ideais do liberalismo e do “*american way of life*” para produzir uma centralização do controle de dados sem precedentes, deixa poucas dúvidas do sentido geral do desenvolvimento desse modelo de negócios sem nenhum controle.

A quantidade colossal de informações contidas e circulantes na rede traduzida em dígitos – *Big Data* – pode ser reproduzida e transmitida como texto, imagem e som, combinados ou separadamente, sem sofrer alteração em sua forma no processo, de maneira praticamente instantânea (Antunes 2017, Antunes e Maia 2018 e Tufekci, 2014a). As características de volume, velocidade e variabilidade do *Big Data* permitem um processamento automatizado dos dados em sua totalidade, acesso e *feedback* dos usuários praticamente instantâneo, aceleração do crescimento e processamento de informações, extração de valor a partir da atividade dos indivíduos em ambiente digital, possibilitando a captação de sutis variações das características dos dados e usuários (Antunes 2017 e Antunes e Maia 2018), impondo uma invasão da privacidade que atinge o limite da transparência (Han 2014).

Antunes e Maia (2018) descrevem o controle do *Big Data* como preciso, ubíquo e capaz de expandir-se aceleradamente, numa relação assimétrica entre usuários e indústria digital. Há estudos realizados em colaboração com as *Big Tech* (Morozov 2018) para prever traços psicológicos do indivíduo através de suas pegadas digitais (Lambiotte e Kosinski 2014), inferir continuamente uma grande variedade de atributos pessoais – orientação sexual, inteligência, personalidade, religião – através das interações no *Facebook* (Kosinski, Stillwell e Graepel 2013), treinar softwares de NLP (processamento de linguagem natural), a partir de modelos de personalidade e de diferenças demográficas, para inferir, entre outros traços, a inclinação filosófica dos usuários individualmente através de comentários no *Reddit* (Gjurkovic et. al. 2020). Como resultado desses estudos tem-se uma situação

em que as grandes empresas do Vale do Silício (e suas congêneres chinesas) dispõem dos perfis de seus usuários e, sabendo cada vez mais sobre eles, elaboram estratégias cada vez mais precisas para capturar a atenção, despertar desejos e mobilizar condutas, tornando os perfis dos usuários uma mercadoria vendável.

Em um livro que denuncia o uso extensivo sistemas de computadores e de algoritmos para o controle de processos sociais, econômicos, judiciais, educacionais, Cathy O’Neil (2016) denuncia algumas das falhas e problemas inerentes a essa lógica:

Os aplicativos movidos a matemática impulsionando a economia de dados foram baseados em escolhas feitas por humanos falíveis. Algumas dessas escolhas foram feitas com as melhores intenções. No entanto, muitos desses modelos codificavam preconceitos, mal-entendidos e vieses dentro dos sistemas que cada vez mais gerenciavam nossas vidas. (O’Neil 2016: 3).

Para além dos vieses específicos: racistas, sexistas, classistas etc., a crescente mediação de controles algorítmicos sobre os processos sociais é, por sua vez, controlada por imperativos econômicos sistêmicos, ou seja, o grande viés é a forma econômica capitalista, que impõe usos e formas de exploração e geração de riqueza como condição prévia para o desenvolvimento dessa lógica. Parte do problema é que as formas tradicionais pelas quais os sujeitos explorados se defendem, como sindicatos, associações políticas, movimentos sociais etc., não atingem esse espaço de poder, pois sua lógica oculta sua dimensão política. Ela parece operar inócua, como se fosse meramente o aperfeiçoamento de processos sociais neutros, por meio da aplicação de uma tecnologia também considerada neutra.

Como denuncia Morozov (2018), a cada vez mais comum promessa de solução de problemas políticos por meio do uso extensivo de programas que agregam e coordenam dados captados e analisados em padrões algorítmicos determinados previamente, esvazia exatamente a dimensão política dos problemas sociais, que passam a ser vistos como questões que se resolvem pela aplicação de novas técnicas. Cada vez mais se pressupõe que discussões teóricas e filosóficas, debates políticos são estorvos à aplicação de ações baseadas em observação e análise de dados coletados e tratados por programas. Isso resulta em algo que Morozov (2018: 110) denomina informacionalização, isto é, medidas por meio das quais se: “despoja um problema de suas dimensões materiais e políticas, colocando-o simplesmente como uma questão de insuficiência ou atraso de informação”. Também justifica o investimento cada vez maior na disseminação de dispositivos de captação e análise de dados.

Tufekci (2014b) aponta alguns problemas metodológicos comuns nos estudos na área de *Big Data* que denunciam falhas na pretensão de controlar os usuários, tais quais os vieses estruturais de determinada plataforma utilizada para gerar um conjunto de dados e a prevalência de uma única plataforma nos estudos, que excluem uma conjuntura social mais ampla. Sua crítica, entretanto, se aplica mais a dificuldades encontradas por pesquisadores independentes do que àquelas que seriam próprias a uma *Big Tech*. Chamayou (2015) destaca que o objeto de ação desse poder das novas tecnologias digitais não é o indiví-

duo, mas trajetórias de dividualidades¹ estatisticamente estabelecidas que dão azo ao estabelecimento de alvos direcionados, à moda da lógica militar ou do *targeting* publicitário, que de fato pouco diferem. As eventuais brechas e falhas do sistema, portanto, não devem ser interpretadas como imprecisões no alvejar das características identificadas.

Efetivamente, a precisão na determinação dos perfis e um incremento na capacidade de mobilizar comportamentos tendem a ser continuamente aperfeiçoados. Tufekci (2014a) demonstra essa tendência, apresentando a contribuição das ciências comportamentais para a criação de modelos de análises de dados cada vez mais precisos, que são testados para inferir a capacidade de influenciar ações políticas. Portanto, as falhas metodológicas reconhecidas pelos pesquisadores chamam a atenção para dois aspectos: primeiramente, a pretensão de que as pegadas digitais permitam uma leitura precisa dos perfis dos usuários é, ao menos até o momento, exagerada; em segundo lugar, o papel das ciências comportamentais, mais especificamente da psicotécnica, é crucial para as *Big Tech*, pois o grande alvo da ação dessas empresas são traços específicos nos sujeitos detectados mediante suas ações medidas por algoritmos a partir das análises psicológicas dos perfis.

1 O conceito de “divíduo” é apresentado por Deleuze (1992) em seu “Post-scriptum sobre as sociedades de Controle”, em polêmica com Foucault e seu conceito de sociedade disciplinar. Trata-se de discussão relevante para o tema em tela por conta da diferença entre tecnologias sociais que operam modos de vigilância e outras que operam pela mobilização contínua a partir de conexões em redes.

Nesse sentido, Antunes e Maia (2018) avaliam que, na era atual, uma teoria crítica da cultura digital precisa considerar radicalmente o significado de abolição da privacidade, a mobilização via *micro-targeting* para fins políticos, sendo necessário pensar em formas de resistências que impliquem não apenas barrar o acesso ubíquo e irrastrável aos dados pessoais, mas também a inserção crítica dos indivíduos nos meios digitais. Valente (2018) considera que capacitar os indivíduos para identificar criticamente mensagens de discurso autoritário é a melhor saída para barrar, por exemplo, o uso eleitoral das *fake news*.

É preciso, entretanto, ponderar que se o desenho algorítmico das mídias sociais configura percepções e mobiliza desejos culminando na exploração das vulnerabilidades identificadas nos perfis dos usuários, as ações planejadas no plano “cognitivo”, os argumentos pela moderação e a oferta de informações sobre a funcionalidade do aparato num plano simplesmente individual, sempre pressupõe um sujeito capaz de autocritica numa sociedade livre, não alguém cujas percepções e desejos estão incessantemente mobilizados. Shoshana Zuboff (2018) chama a atenção a algo que parece ser crucial:

O *big data* tem origem no social, e é ali que devemos encontrá-lo e estudá-lo. Explorarei então a proposta de que o *big data* é, acima de tudo, o componente fundamental de uma nova lógica de acumulação, profundamente intencional e com importantes consequências, que chamo de *capitalismo de vigilância*. Essa nova forma de capitalismo de informação procura prever e modificar o comportamento humano como meio de produzir receitas e controle de mercado (Zuboff 2018: 18).

Nesse sentido, somente uma mudança no “modelo de negócios”, isto é, a supressão da comunicação como negócio e da valorização das mensagens pelo seu *quantum* de circulação, teria o potencial para liberar formas não controladas de intercâmbio favoráveis ao desenvolvimento de qualidades democráticas de organização da sociedade. De outro lado, a potencialidade do uso das mídias sociais para mobilização política já foi posta à prova em várias eleições. Adotando uma perspectiva antropológica e análises linguísticas, Cesarino (2020) analisou a sistematização do uso de mídias digitais via *smartphones* que levou à ascensão de um líder populista à presidência, no contexto brasileiro.

A autora nota a criação de uma atmosfera polarizada entre apoiadores e opositores, os quais valem-se de ícones simbólicos que permitem o fácil reconhecimento do grupo ao qual pertencem, disseminada via grupos no *Whatsapp*, que não somente foi extensamente utilizada durante as eleições, mas se mantém durante o governo. Também atenta para o fato de que conteúdos meméticos são parte integrante das redes sociais, uma vez que o formato digital é fundamentalmente uma tecnologia de rápida e fácil reprodução, apresenta design disruptivo e vale-se de bordões, imagens, logotipos, slogans que circulam rapidamente, sem referência a uma fonte original, sendo a ambiguidade parte integrante de sua eficácia performativa. No caso brasileiro, fez-se uso dessa ambivalência para reproduzir aspectos de mídia veiculadas pela oposição, transformando os contrários em análogos aos originais, mas vertendo mensagens de apoio ao candidato que remetiam à simbologia nacional, buscando produzir equivalência entre líder e povo (Cesarino 2020).

O uso sistemático das redes sociais para influenciar eleições, entretanto, é somente uma modalidade de mobilização possível a partir da configuração dos dispositivos que compõem atualmente o que chamamos internet. A tendência é eles se aperfeiçoarem cada vez mais na tarefa de mobilizar a atenção do usuário, pois seus desenhos algorítmicos se tornam um sistema cada vez mais integrado e eficiente para a manipulação de emoções e traços pessoais a partir de imperativos econômicos. Os exemplos de modelos de vigilância (Bruno 2018) ou de tecnologias urbanas elaborados em um modelo neoliberal que esvazia de sentido político as supostas soluções (Morozov 2019) se multiplicam mundo afora.

As alegadas vantagens das análises de *Big Data* são sempre econômicas, decorrentes de formas cada vez mais abrangentes de vigilância ubíqua, que são justificadas em vista de uma maior eficiência e economia de tempo e recursos. Chega-se ao ponto em que se propõe a criação de novas disciplinas como a “física social”, que prometem ampliar os mecanismos de regulação do comportamento individual com precisão e eficiência (Morozov 2018), e isso é discutido somente no âmbito técnico, como se fosse natural programar ações das pessoas sem que elas saibam para quê, como e com quais meios.

A pretensão anunciada é de instigar comportamentos adaptativos, como: poupar dinheiro, fazer seguros, tomar vacinas etc., não deixam entrever práticas reais em que se executam controles extensivos de populações vulnerabilizadas por processos de exclusão neoliberal. A perspectiva de tornar todo o ambiente urbano monitorado é acompanhada por propostas de organizar

os contextos em que as pessoas tomam decisões para dirigir os comportamentos. A propaganda dessas políticas de controle importou do ramo do *marketing* a expressão *Nudging* (literalmente, empurrão; também conhecida como “arquitetura da escolha”) para se referir à realização de um conjunto de procedimentos que incluem testes de controle aleatório que procuram estabelecer as correlações entre os contextos ambientais e os comportamentos.

Todas essas iniciativas em curso abstraem duas dimensões absolutamente essenciais do fazer humano: a política e consequentemente a ética, por um lado; e o fazer comum, a rede de relações sociais que sustenta a existência humana, por outro. Ao investigar e determinar perfis de personalidade a partir das pegadas digitais dos usuários nas redes sociais, ou ao realizar experimentos aleatórios modificando aspectos sutis do ambiente de interações digitais, ou ao monitorar ubiquamente os sujeitos e vender seus perfis a anunciantes, é possível notar a conspícua ausência de uma discussão sobre os fins, sobre afinal em que tipo de sociedade queremos viver.

Essa discussão não ocorre por motivos óbvios: os fins a que servem tais mecanismos operacionais e a imensa cadeia de computação algorítmica que eles pressupõem são inconfessáveis. Eles almejam a exploração da totalidade e de cada um dos usuários, a maior parte possível de tempo, por meio dos seus aplicativos, novas formas de viciá-los e direcionar seu comportamento. A perturbadora ideia de estarmos sendo vigiados e termos nossa conduta direcionada todo o tempo não parece ser popular, ao contrário da ideia de que os dispositivos e aplicativos oferecem

gratuitamente uma longa série de serviços de acesso à informação, diversão e comunicação.

A segunda ideia suprimida é que toda atividade humana implica sempre o compartilhamento de pressupostos, informações, finalidades, bens etc.: “a atividade humana é sempre co-atividade e coobrigação, cooperação e reciprocidade” (Laval e Dardot 2017). A questão fundamental é que ao processo cada vez mais amplo de cooperação global que gera riqueza não corresponde uma distribuição e uma apropriação igualitária, e o mesmo ocorre em relação aos dados e ao conhecimento sobre a atividade humana que sua análise desenvolve. Segundo Morozov (2018), o acúmulo de dados gera um modelo de governança que ele denomina regulação algorítmica; os modelos matemáticos, atualmente, não precisam mais ser elaborados por pessoas, as máquinas aprendem por retroalimentação constante, pela inserção dos dados que se obtém da ação dos usuários.

Isso não deve levar à conclusão de que não há pessoas tomando decisões! Ao contrário. É para uma nova lógica da acumulação, da distribuição desigual e da concentração de riqueza e controle político que se deve voltar a atenção. A civilização da informação, produzida pelo esforço comum, não passa pela discussão ética e política dos fins a que esse acúmulo de informação serve. “Quem aprende com os fluxos de dados globais, como e o que? Quem decide? O que acontece quando a autoridade falha? Qual lógica de acumulação moldará as respostas a essas perguntas?” (Zuboff 2018: 24). Poderíamos também perguntar: para quem esses dispositivos trabalham? Como se produz valor a par-

tir desse novo modelo? Quem é explorado e quem usufrui a riqueza produzida?

O encobrimento dessas questões corresponde à supressão da dimensão do comum, onde se produz por meio do trabalho humano toda a riqueza e onde está o âmago da questão política. O isolamento e a mobilização dos sujeitos como se fossem alvos direcionados (Chamayou 2015) é uma espécie de contrapartida da supressão da dimensão do comum. A ausência de formas sociais de controle e de socialização do fluxo de dados e dos conhecimentos que se produz a partir deles não se deve somente à novidade das tecnologias digitais e às dificuldades inerentes à regulamentação de tecnologias em constante desenvolvimento, mas também, talvez fundamentalmente, às ideologias e medidas neoliberais que desconstroem as formas de solidariedade de classes, identificadas por Chamayou (2020). O isolamento dos sujeitos que decorre dessas políticas os deixa com a impressão de que os fracassos da sociedade em distribuir riqueza e conhecimento são sempre culpa individual.

Não é ao acaso que os sujeitos se sentem hoje esgotados. Segundo Han (2014) a ideologia neoliberal culminou num “sujeito de desempenho”, não mais obediente a senhores externos a ele, mas ao imperativo de maximizar todas as suas performances, com a consequência de que as patologias típicas de nossa época não são provocadas por agentes infecciosos, mas por esgotamento neuronal. É questionável se os sujeitos de fato incorporaram sem arestas essa ideologia, mas parece difícil negar que o nível de exploração se intensificou *pari passu* à presença cada vez maior dos dispositivos digitais e das tecnologias

de vigilância. Se elas operam sempre por mobilização, por meio da programação de comportamentos específicos cuja emissão é produzida pelos algoritmos dos dispositivos, o esgotamento se compreende como efeito dessa exploração ubíqua (Antunes e Maia 2018). O perfil dos sujeitos tornou-se mercadoria e esse é o motor que os leva ao esgotamento. Também isso pode ser colocado como condição material que leva à adesão a uma lógica da paranoia.

O governo por meio de algoritmos, portanto, passa pelo controle dos afetos das massas, pelo controle de um ecossistema de fluxos simbólicos em que os sujeitos são apenas cobaias desavisadas sobre seu destino, obrigados a atuar no limite de suas forças para gerar riqueza sem que saibam que a fonte de seu cansaço provém de dispositivos que consideram agradáveis, amigáveis e desejáveis. Algo assim só é possível em uma condição de brutal assimetria epistêmica (Morozov 2018): os controlados são hipervisíveis, seus sentimentos, desejos e condutas estão constantemente monitorados e alvejados; os controladores, por outro lado, são hiperinvisíveis. Como agentes que seguem imperativos econômicos de um regime de acumulação que opera com dados, eles decidem o destino de bilhões de pessoas a partir do uso de tecnologias digitais. A eventualidade das *fake news* terem se tornado virais e dominarem cada vez mais os conteúdos que circulam nas chamadas redes sociais não foi uma consequência programada desde o início, poderiam dizer em sua defesa os operadores do sistema. Tampouco o colapso das democracias parece ser incômodo, pois não faz diferença em termos da possibilidade de extrair valor da atividade dos sujeitos na internet.

Se o sujeito experiencia uma sensação claustrofóbica na sociedade de vigilância, portanto, não seria adequado identificar essa sensação a nenhum delírio patológico, pois ela seria correspondente à realidade da exploração ubíqua a que ele está submetido. O delírio paranoico, de outro lado, é uma espécie de válvula de escape prevista no programa, pois mantém intacta a assimetria epistêmica, desviando a frustração e o ódio que resultam da sensação de impotência para inimigos imaginários e/ou politicamente indesejáveis. A administração algorítmica da sensibilidade, do entendimento e dos desejos avança sem freios, sustentada por ideais neoliberais de intensificação da exploração e incremento das margens de lucro, por um lado, e pela ideologia da eficiência da tecnologia – envolvida pela aura de liberdade e democracia ainda presente em relação aos dispositivos digitais – de outro. Esse é o contexto material que dá margem à paranoia como sustentáculo da onda de *fake news* que contamina a esfera pública e ameaça a convivência democrática.

Capitalismo de vigilância, exploração ubíqua e paranoia: como resistir?

A análise dos imperativos sistêmicos que moldam a captação, análise e venda de dados, obtidos por meio da rede de dispositivos digitais controlada pelas *Big Tech*, permite compreender que nas novas mídias digitais o poder se exerce de forma insidiosa, não mais operando por dispositivos de coerção, cerceamento e punição, mas pela ininterrupta mobilização do sujeito para emitir comportamentos específicos, adequados às formas de

gerar dados previstas nos algoritmos. Esses imperativos são eminentemente econômicos: trata-se de formas de gerar mais valor pela venda das características dos usuários para gerar propaganda dirigida (Antunes e Maia 2018). A contrapartida desses mecanismos de exploração ubíqua, em tudo coerentes com a ideologia neoliberal vigente, culmina em esgotamento dos sujeitos, mas talvez ainda mais importante, no esvaziamento das organizações coletivas e movimentos sociais que permitiriam identificar essas novas formas de exploração e exigir mudanças.

Do esgotamento e isolamento dos sujeitos também isso é consequência: a adesão à lógica da paranoia é facilitada. Ela oferece uma compensação narcísica para a fragilidade e o sentimento de impotência, explica o mundo de forma fechada e simples, oferece a oportunidade de pertencimento a uma massa coesa e identificada como “os bons”, além de permitir a expressão do ódio contra os inimigos e, eventualmente, o massacre. O contingente atual de pessoas no Brasil que parece apoiar um projeto autoritário seria próximo a um terço do eleitorado (Nobre 2020), mas não se pode simplesmente atribuir a existência desse contingente às *fake news* que, não obstante, foram fartamente utilizadas na campanha eleitoral e, sem dúvida, não serão interrompidas enquanto houver os meios para sua disseminação.

O risco é que ao focar na propaganda fascista atual – uma denominação muito mais honesta para o fenômeno do que a expressão em inglês, já que não se trata de notícias (*News*), tampouco elas são simplesmente falsas, pois são deliberadamente elaboradas para produzir o efeito de mobilização que se espera -,

corremos o risco de focar no acessório e esquecermos o essencial. Morozov (2018) argumenta:

O problema não são as *fake News*, e sim a velocidade e a facilidade de sua disseminação, e isso acontece principalmente porque o capitalismo digital de hoje faz com que seja altamente rentável – veja o Google e o Facebook – produzir e compartilhar narrativas falsas que atraem cliques (Morozov 2018: 184).

É na economia política das comunicações realizadas por meio dos novos dispositivos digitais que se trata de colocar o foco, procurando entender a justa frustração da população como um fato político que vem sendo mobilizado contra ela mesma, e favoravelmente a corporações e políticos cínicos e inescrupulosos. As lideranças autoritárias, em si mesmas, tampouco teriam de ser o foco principal daquilo que temos de criticar e combater. Adorno e Horkheimer (1985: 220) já denunciavam que: “os senhores fascistas de hoje em dia são menos super-homens do que funções de seu próprio aparelho de publicidade, pontos de intersecção das reações idênticas de inúmeros indivíduos”.

Nesse sentido, também seria ingênuo ler a atual crise da esfera pública – eventualmente identificada como uma era da pós-verdade – como uma novidade; tal como já denunciava Habermas (2014), a crise do ideal iluminista de uma cidadania composta por indivíduos autônomos informados por agências de notícias imparciais já estava presente no momento em que esse ideal foi proposto, e ganhou novas facetas de acordo com o modo como as contradições das formas capitalistas de monetarização da informação foram tomando novos rumos. Em suma,

trata-se de entender de que forma o mecanismo opera e como nele se dissemina uma lógica da paranoia.

A crise das democracias, portanto, não pode ser simplesmente atribuída a um declínio da veracidade das informações circulantes, mas à forma como elas hoje são controladas em sua produção, reprodução e fluxos por corporações globais que não estão ao alcance de controles democráticos, ao poder mobilizador que os aparatos digitais exercem sobre os sujeitos e à desconstrução neles de capacidades subjetivas que sustentam uma leitura crítica da sociedade, culminando em uma saída para o sentimento de impotência na adesão à lógica da paranoia. Tudo isso dentro de uma avassaladora onda neoliberal que desconstruiu as garantias e compensações sociais aos trabalhadores e excluídos. Esses seriam eixos cruciais da verdadeira crise.

Repensar os fundamentos do capitalismo digital, entretanto, implica modificar radicalmente os fundamentos do capitalismo global. Tarefa imensa quando não se tem no horizonte visível o fortalecimento das formas de organização social que se apoiam no comum (Laval e Dardot 2017), mas absolutamente necessária se considerarmos que a inércia nos leva a uma miríade de catástrofes, sociais e ambientais. Talvez seja também importante considerar que o colapso das democracias, hoje notável em diversos lugares do mundo, não consiste necessariamente em algo vinculado à hegemonia de políticos autoritários e dos ideais que eles defendem. Nobre (2020) argumenta:

Colapso não significa aqui parar de funcionar. Com a pandemia veio o colapso do sistema de saúde, por exemplo. Mas isso não significou que hospitais, unidades

básicas de atendimento e enfermarias pararam de funcionar. Pelo contrário, funcionam em condições de emergência, muito acima de sua capacidade de atendimento. Colapso significa aqui que o sistema de saúde não conseguiu dar conta de atender como atendia em momentos que não o da pandemia (Nobre 2020: 14).

Em muitos sentidos, já se trata de uma situação de colapso, e é justamente ela que cria as condições materiais objetivas nas quais a lógica da paranoia encontra o ambiente favorável à sua disseminação, e à mobilização das massas para realizar o trabalho sujo que governos autoritários planejam. Se ainda não há um contingente hegemônico de sujeitos aderidos a esse ideário, após o atravessamento de uma pandemia e colapso de inúmeras instituições basilares da democracia, isso também demanda alguma reflexão. Parece errado supor que todas as relações sociais se encontram, atualmente, mediadas por dispositivos digitais de comunicação. Um contingente considerável de pessoas ainda não tem acesso a conexão com a internet, *smartphones*, computadores, *tablets* etc., e uma boa parte dos que os utilizam cotidianamente tem capacidade de compreensão crítica da realidade suficiente para não aderir a explicações simplistas e apelos baseados no medo e no ódio.

Ou seja, as formas mais eficientes de mobilização disponíveis ainda não atingem a totalidade da população, e é provável que uma parte significativa tenha “imunidades” advindas de uma formação cultural crítica, que permitiu que desenvolvessem formas de sensibilidade mais amplas, ou laços sociais de solidariedade ampliados, sustentando vínculos afetivos com sentido de coletividade. Ressalte-se a esse respeito a importância de insti-

tuições em que ainda opera de alguma forma o comum: escolas públicas, agências que operam a assistência social e a saúde públicas são esteios para formas de sensibilidade e racionalidade alternativas à paranoia. Mas parece errado supor que a tendência geral não seja de intensificação da rede de vigilância e exploração ubíqua que caracteriza o estado atual; o capital tende sempre a se expandir, independentemente de suas inevitáveis crises.

Também nem tudo o que circula nas redes tem conteúdos afeitos à lógica da paranoia e é razoável pensar que a lógica dos algoritmos ainda não dominou completamente o sistema. Talvez também seja importante acrescentar que os dispositivos algorítmicos de detecção de traços de personalidade e de mobilização e exploração ubíquas tampouco cumprem com a perfeição anunciada aquilo que eles prometem a seus financiadores. Seres humanos não são exatamente ratos de laboratório; são capazes de refletir, compreender contextos mais amplos e resistir, pessoal e coletivamente, aos donos dos aparatos que desejam utilizar sua força de trabalho e sua inteligência para promover a sua destruição e ruína. Evidentemente, essa capacidade não evitou que eventos históricos como Auschwitz, Hiroshima e Nagasaki ocorressem, tampouco que formas de exploração colonial, o tráfico e utilização de pessoas escravizadas, entre outras barbáries, fossem vigentes por séculos.

Em instituições onde ainda se pode pressupor que existem resíduos do comum, a comunicação deveria ser pensada de modo dialógico, não coercitivo. Retomando o aforismo “Instituição para surdos-mudos” da *Mínima Moralia* (Adorno 1992: 121), a deterioração da linguagem demanda também uma educação

estética que lide com o encantamento – em suas versões fetichista e artística – e procure superá-lo. A disseminação de formas de comunicação não coercitivas exige, como contrapartida, novas formas de organização social, novas formas de solidariedade e de protesto, novas formas de educação e formação de subjetividades mais íntegras, que recuperem modalidades democráticas de convivência social. É o mínimo necessário para evitarmos catástrofes que se anunciam, em escala global.

Ainda nos encontramos na “era atômica” (Anders 2013), que evoluiu até o estado de uma “guerra cosmopolita” (Arantes 2007): o oxímoro, nesse caso, escancara novamente que o sentido do colapso não é mero desabamento, mas crise contínua que pode vir a escalar até o ponto de ruptura. É esse pressentimento de colapso disseminado que fundamenta o escape para a paranoia, e que impede que se aja no sentido de evitar o pior. Se a subjetividade não é primária, mas resultado das condições materiais, e não existe uma “neurose política” (Adorno 2015), trata-se, como sempre, de buscar alterar as condições objetivas, isto é, as relações materiais de produção.

Em vista dessa tarefa as indicações sobre a esfera comunicativa feitas acima parecem inócuas, mas nesse momento de crise aguda das formas mais democráticas de convivência e comunicação parece um erro desprezar os freios que adiam a derrocada final. Tudo o que se disse sobre a necessidade de uma educação contra a paranoia (Bueno 2010) precisa ser recuperado e colocado em prática. As mesmas forças psíquicas que são mobilizadas no sentido da paranoia têm potencial para uma ação no sentido da transformação da sociedade, e não é sem razão que

se utilizam hoje tecnologias que mobilizam ininterruptamente o sujeito: só assim se mantém o absurdo de uma vida mobilizada para sua destruição. Como contrapartida da ordem neoliberal essas tecnologias e seus efeitos psíquicos merecem a atenção de uma teoria crítica interessada na transformação radical da sociedade.

Recebido em 06/10/202

Publicado em 31/12/2022

Referências

- ADORNO, T. W. *Minima Moralia: reflexões a partir da vida danificada*. São Paulo: Ed. Ática, 1992.
- . *Ensaio Sobre Psicologia Social e Psicanálise*. São Paulo: Ed. Unesp, 2015.
- . Teoria da Semiformação. In: PUCCI, B., ZUIN, A. A. S., LASTÓRIA, L. A. C. N. (orgs.) *Teoria Crítica e Inconformismo: novas perspectivas de pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 2010, p. 7-40.
- ADORNO, T. W., BRUNSWIK, E. F.; LEVINSON, D. J., SANFORD, F. N. *The Authoritarian Personality: Abridged Edition*. New York: W. W. Norton & Company, 1982.
- ANDERS, G. “Teses para a era atômica”. Sopro: panfleto político-cultural, 87, 2013.
- ANTUNES, D.C. “Reflexões sobre mundo digital e subjetividade”. *Impulso*, 27 (69), p. 13-24, 2017.

- ANTUNES, D.C.; MAIA, A.F. “Big data, exploração ubíqua e propaganda dirigida: novas facetas da indústria cultural”. *Psicologia USP*, 29 (2), p. 189-199, 2018.
- ARANTES, P. *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- BUENO, S.F. “Educação, paranoia e semiformação”. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, 26 (2), p.299-316, 2010.
- BUCCI, E. “Na TV os cânones do Jornalismo são Anacrônicos”. In: MIRANDA, D. S. *Ética e Cultura*. São Paulo: Perspectiva: Edições SESC SP, p. 129-142, 2011.
- CALAZANS, R., REIS, L.N. “O conceito de paranoia em Freud”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34, p. 80-95, 2014.
- CESARINO, L. “How social media affords populist politics: remarks on liminality based on the brazilian case”. *Trab. linguist. apl* 59 (1), p. 404-427, 2020.
- CHAMAYOU, G. “Nota Introdutória sobre Sociedades com Alvos Direcionados: uma breve história dos corpos esquemáticos”. *Novos Estudos* 102, p. 107-127, 2015.
- . *A Sociedade Ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- DEAN, J. “Communicative Capitalism: circulation and the foreclosure of politics”. *Cultural Politics*, 1 (1), p. 51-74, 2005.
- DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1992.
- EHRENBERG, A. *O Culto da Performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2010.

- FELTRAN, G. Sobre o movimento totalitário no Brasil (2013 -). *Revista Novos Estudos – Cebrap*, 2020. Disponível em < <https://novosestudos.com.br/formas-elementares-da-vida-politica-sobre-o-movimento-totalitario-no-brasil-2013/#gsc.tab=0> > (Acesso em 14 de outubro de 2022).
- GJURKOVIĆ, M. et al. “Pandora Talks: Personality and Demographics on Reddit”. 2020. HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.
- HAN, B.C. *Psicopolítica*, 1. Ed. Barcelona: Herder 2014.
- KOSINSKI, M.; STILLWELL, D.; GRAEPEL, T. “Private traits and attributes are predictable from digital records of human behavior”. *PNAS*, Berkeley, 110 (15), p. 5802-5805, 2013.
- LAMBIOTTE, R., KOSINSKI, M. “Tracking the digital footprints of personality”. *Proceedings of the IEEE*, Estados Unidos, 102 (12), 2014.
- DARDOT, P e LAVAL, C. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LIEBEL, V. “Uma fachada pelas costas: paranoia e teoria da conspiração entre conservadores no refluxo das greves de 1917 na Alemanha”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 37 (76), 2017.
- MATOS, O. “Modernidade e Mídia: o Crepúsculo da Ética”. In: MIRANDA, D. S. *Ética e Cultura*. São Paulo: Perspectiva: Edições SESC SP, 2011
- MOROZOV, E. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. 1. Ed. São Paulo: Ubu, 2018.

- NOBRE, M. *Ponto Final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia*. São Paulo: Todavia, 2020.
- SAFATLE, V. *O circuito dos afetos*. São Paulo: CosacNaify, 2015.
- . Paranoia como catástrofe social: sobre o problema da gênese de categorias clínicas. *Trans/Form/Ação*, 34 (2), p. 215-236, 2011.
- STIEGLER, B. *Da miséria simbólica – vol. 1 a era hiperindustrial*. 1. Ed. Lisboa: Orfeu Negro, 2018.
- SCHWARZ, N.; JALBERT, M. “When (fake) News feels true: intuitions of truth and the acceptance and correction of misinformation”. In: GREIFENEDER, R., JAFFÉ, M., NEWMAN, E.J., & SCHWARZ, N. (orgs.). *The Psychology of Fake News: Accepting, sharing, and correcting misinformation*. 1. Ed, London: UK: Routledge, 2020.
- TARELHO, L.C. “Projeção e sofrimento psíquico na paranoia”. *Psicologia em Estudo*, 17 (3), p. 463-473, 2012.
- TUFEKCI, Z. “Engineering the Public: Big data, surveillance and computational politics”. *First Monday*, Chicago, 19 (7), 2014a.
- TUFEKCI, Z. “Big Questions for Social Media Big Data: Representativeness, Validity and Other Methodological Pitfalls”. In: *ICWSM '14: Proceedings of the 8th International AAAI Conference on Weblogs and Social Media*, 2014b.
- VALENTE, M. “Internet e censura: quem fala, quem ouve, e quem define a verdade na era digital? *Concinnitas*, 2 (33), 2018.

ZUBOFF, S. “Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação”. In: Bruno, F. (et al). *Tecnopolíticas da Vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018.

—. *A Era do Capitalismo de Vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.